

# PERFIL E CONDIÇÕES DE CATADORES DE RECICLÁVEIS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Ana Paula Leivar Brancaleoni, Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.  
Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.  
anapaulabrancaleoni@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.  
agiannini@fcav.unesp.br

Patricia Lopes Freire Pupin, mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP.  
patricialopesfreire@hotmail.com

Agência Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

GT4 – Articulação de catadores de resíduos e economia solidária

## RESUMO

A partir dos anos 1990, transformações na organização do trabalho e produção impactaram o trabalho e a renda. Além disso, observa-se a relevância sobre o tema destinação de resíduos sólidos. Diante do exposto, objetiva-se conhecer os trabalhadores informais, do município de Jaboticabal, que coletam e comercializam os recicláveis, compondo um “mapa” para a cidade. Aplicou-se instrumento padronizado a 140 catadores do município. Constatou-se que estes: vivenciavam o preconceito e marginalização social; analisavam seu trabalho de forma ambígua, sendo para parte uma atividade importante e para outra insatisfatória; não apresentavam perspectivas de futuro; preferem realizar suas atividades sem ajuda; e vivenciavam condição de vulnerabilidade, quanto ao trabalho realizado e à saúde. Assim, identificou-se a necessidade de políticas públicas para melhorar a condição de vida desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** Catadores; Trabalho e renda; Trabalhadores informais.

## INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas que se intensificam no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais, resultam em um panorama cada vez mais inquietante. Nesse novo cenário, a garantia da dignidade humana colocou-se, ainda mais, como o pressuposto fundamental a ser perseguido. Isto porque, ainda que, o Estado brasileiro, não tenha se estabelecido dentro do modelo de *bem-estar social*, teve sua

atuação reduzida na regulação da relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais. No caso destas últimas, as mesmas foram parcialmente atribuídas como responsabilidade da sociedade civil, através de organizações ou grupos. Portanto, o Estado se desresponsabilizou das demandas sociais que passam a ser parcialmente respondidas pela atuação fragmentada de Organizações não Governamentais (ONGs), por meio de projetos. Assim, questiona-se o caráter emancipatório do crescimento do Terceiro Setor a partir deste período (MONTAÑO, 2002).

Além dessas mudanças, observam-se mudanças na organização da produção (automação e uso de tecnologias de informação) e nos modelos de gestão que não só “taylorista-fordista”. Mudanças que impactam a organização dos trabalhadores. Assim, assiste-se a um aumento do desemprego estrutural e à perda de barganha dos sindicatos, que assumem um caráter cada vez maior de negociação e busca pela manutenção dos empregos. Com a diminuição e precarização dos empregos formais, tem-se um aumento significativo da informalidade e da terceirização de serviços (ANTUNES, 1997). Antunes (2015) afirma ainda que as terceirizações imputam a flexibilização de direitos trabalhistas.

É nesse cenário, neste mundo produtivo que a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e o aumento da precarização torna-se o principal resultado deste capitalismo dito flexível, da lean production, da empresa liofilizada, especialmente nos espaços onde não se encontram formas vigorosas de contraposição (social, sindical, política, jurídica, valorativa) frente a este movimento tendencial destrutivo em relação à *classe-que-vive-do-trabalho*. (ANTUNES, 2015, p. 9, grifo do autor)

Desta forma, o autor interpreta que o trabalhador assalariado, que possuía certa estabilidade dada pelas condições trabalhistas, passa a ser engendrado nas malhas do movimento das terceirizações, que “ampliará exponencialmente, nas cadeias produtivas de valor, as formas contemporâneas de trabalho escravo, semiescravo, precarizado, informalizado, terceirizado, flexibilizado” (2015, p. 6). Esta situação se amplifica com as Leis implementadas em 2017 que legislam sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas (Lei 13.429/2017) e as relações de trabalho (Lei 13.467/2017) (BRASIL, 2017a; Brasil, 2017b). Este quadro participa do sentimento de incertezas e de inutilidade experienciado por muitos dos trabalhadores.

Para Antunes (1997), a diminuição estrutural do emprego não elimina a centralidade da categoria trabalho na sociedade atual, o que também é balizado por Sawaia (2002). O autor afirma que, na relação exclusão/inclusão, os trabalhadores (excluídos ou prejudicados de seus direitos) são incluídos perversamente no sistema em outras atividades reforçadoras do

mesmo. Bosi (2008, p. 105) também segue nesta linha, ao apontar que “o aumento da informalidade no trabalho (e nas relações que o regem) não implicou sua retirada do circuito de acumulação capitalista, nem tão pouco alterou substancialmente sua subordinação ao capital.” Concomitantemente, a este processo de “exclusão”, muitos trabalhadores se inseriram nas atividades de coleta e triagem de resíduos sólidos, como meio de geração de renda (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Paralelamente, acentuam-se as preocupações quanto ao meio ambiente e à sustentabilidade, o que acarreta ‘novas’ discussões quanto ao consumo e à produção. Nesse contexto, o lixo passa a ser denominado como resíduo sólido e tratado, também, como uma mercadoria disputada, cuja negociação gera renda, ao mesmo tempo em que a destinação destes, também, se apresenta como um problema ambiental.

Frente a isto, após vinte anos de tramitação no Congresso, é aprovado o marco regulatório que engloba tanto à questão dos resíduos sólidos, quanto a de todos os atores envolvidos nesse processo: União e Federados, empresas privadas, sociedade civil e catadores. Isto se viabiliza pela implementação da Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010), conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que, também, versa sobre o reconhecimento legal da ação e importância dos catadores em todo o processo de gestão do manejo de resíduos sólidos do país.

A profissão ‘catador de material reciclável’ foi reconhecida um pouco antes, em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2018). Porém, Bortoli (2009) ressalta que as condições de trabalho ou de vida desses trabalhadores continuam precarizadas, pois a maioria ainda recebe menos que um salário mínimo. Medeiros e Macedo (2006) destacam que esses sujeitos “autônomos” vendem sua força de trabalho para a “indústria de reciclagem”, com o agravante de que estão apartados de todos os direitos trabalhistas e sociais, mesmo quando inseridos em organizações coletivas de catadores (cooperativas e associações). Destaca-se que estes trabalhadores participam de condições de trabalho heterogêneas, com o predomínio de relações de trabalho informais, que impossibilita “o acesso a uma série de direitos trabalhistas, [pois] a informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisas.” (SILVA, 2017, p. 18)

Sobre os sentidos sociais atribuídos aos catadores e ao trabalho que desempenham, Roos, Carvalho e Ribeiro (2010, p. 118) afirmam que os catadores são tratados como “entulhos”, assim como seus carrinhos. Além de serem associados à delinquência e/ou mendicância, conforme relatos de Pereira e Teixeira (2011).

Diante este cenário, a PNRS fomenta a necessidade da formação de cooperativas e associações de resíduos sólidos, tanto para fortalecer o manejo destes quanto para amparar os catadores (BRASIL, 2010). Medeiros e Macedo (2006), por outro lado, indicam o caráter das cooperativas de catadores enquanto estratégia dos trabalhadores com vistas à melhoria nas condições de trabalho e renda, na medida em que propiciam melhores condições de negociação com compradores.

No município de Jaboticabal, interior do estado de São Paulo, a coleta e venda de materiais recicláveis também se constitui na forma de obtenção de renda de muitas pessoas. Há na cidade uma associação de catadores, composta por cerca de 20 membros. Contudo, há um número significativo de pessoas que realizam a catação de forma individual. Frente à ausência de dados consistentes acerca da atividade de catação no município, bem como sobre os sujeitos desse processo, propôs-se um projeto, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que dentre seus objetivos contemplava construir um “mapa” sobre os coletores individuais da cidade, a partir da identificação dos trabalhadores informais, que coletam e comercializam recicláveis. O projeto foi aprovado e o presente artigo pretende apresentar os resultados encontrados em resposta ao objetivo acima destacado.

Assim, de forma mais detalhada propõem-se: identificar e construir o perfil dos catadores informais do município; analisar suas trajetórias de trabalho e relação estabelecida com o trabalho de catação; analisar as condições de trabalho vivenciadas pelos mesmos; analisar a trajetória dos recicláveis coletados, desde sua obtenção, até a comercialização.

## **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

Ainda que compareçam informações quantitativas, a ênfase nesse momento é a qualificação dos dados numéricos. Assim, adota-se uma perspectiva qualitativa. Como ressalta Triviños (1992), a dicotomia quantitativo-qualitativo é falsa e a grande vantagem das abordagens qualitativas (que podem, ou não, valer-se de informações estatísticas) reside naquilo que elas avançam na interpretação dos resultados e na compreensão do fenômeno em estudo, principalmente pelo maior aprofundamento que propiciam.

### **Instrumento de coleta de dados**

Desenvolveu-se um instrumento padronizado (com questões de natureza quantitativa e qualitativa), aplicado a todos os catadores informais que foram localizados.

Primeiramente, foi desenvolvido um questionário piloto, abrangendo informações de caráter social, econômico e profissional para ser aplicado no bairro próximo à universidade, onde há significativo número de coletores. Este questionário piloto foi aplicado a 13 (treze) coletores. Os mesmos foram sistematizados e analisados, subsidiando o aprimoramento do instrumento. Esses dados também foram considerados no conjunto dos resultados. Com a finalização do instrumento, foi realizada a apresentação deste e fez-se discussões sobre o instrumento para que os futuros aplicadores se familiarizassem com ele, favorecendo o processo de coleta de dados.

Além disso, foram analisados os registros em diário de campo, realizados pelos pesquisadores ao longo do processo de coleta de dados.

### **Coleta e análise de dados**

A primeira constatação é que nenhum órgão de Natureza Pública ou Privada, do Município, possuía informação sistematizada acerca desses trabalhadores. O Centro de Controle de Zoonose do município apresentou uma lista de casas em que possivelmente os moradores poderiam realizar a atividade de coleta. Assim, a partir desta lista e das indicações dos próprios entrevistados, seguindo a metodologia de *Snowball* (Miller, 2014), foram sendo aplicados os questionários.

A partir da lista do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Jaboticabal, com 77 (setenta e sete) nomes, além de arquivos digitais de mapas da cidade divididos por setor, iniciou-se a aplicação do instrumento. Também foram obtidos outros nomes e endereços com um depósito comprador de material reciclável da cidade. Dos nomes conseguidos, apenas 15 (quinze) diferiam daqueles constantes na lista do CCZ.

Durante a aplicação do instrumento, o pesquisador questionava se aquele trabalhador conhecia outro catador que nos pudesse passar o contato. Por fim, os pesquisadores permaneceram ao longo de um mês nos depósitos compradores de materiais recicláveis da cidade, a fim de encontrar outros trabalhadores que não tivessem sido contemplados no processo de coleta anterior, localizando, portanto, outros catadores não referenciados por nenhuma das fontes anteriores. O processo de coleta foi encerrado quando as referências entre os entrevistados se repetiam, indicando que havíamos atingido um universo significativo.

Foram aplicados e tabulados 140 (cento e quarenta) questionários, bem como transcritos seus respectivos diários de campo.

Os dados referentes às questões abertas foram analisados através do método de análise de conteúdos (BARDIN, 1977). Desta forma procedeu-se a leitura sistemática e exaustiva do material, a fim de que fossem constituídas categorias de análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados coletados, de natureza quantitativa e qualitativa, foram analisados e organizados conforme as categorias abaixo.

### **Perfil e trajetória de trabalho**

Os dados coletados, sistematizados e analisados, revelam que dos 140 entrevistados, 61% eram homens e 39% mulheres. A idade média do grupo de homens foi de 50 anos e do grupo de mulheres de 49 anos. Com relação ao estado civil, 41% dos entrevistados eram casados, 21% solteiros, 18% amasiados, 11% divorciados e 10% viúvos.

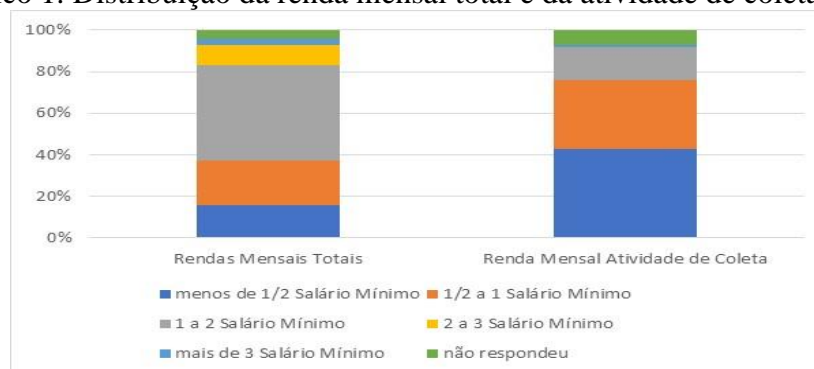
O grau de escolaridade do total dos entrevistados se distribui da seguinte forma: 55% possuía ensino fundamental incompleto, 21% não alfabetizado, 8% semialfabetizado, 7% com ensino fundamental completo, 4% com ensino médio completo, 3% ensino médio incompleto, 1% ensino técnico e 1% superior incompleto.

Esses dados vão ao encontro dos resultados obtidos por outros pesquisadores que, também, constataram a predominância do gênero masculino, de baixa escolaridade e pessoas acima de 30 anos, compreendendo que estes dois últimos são elementos importantes no processo de exclusão do mercado formal de trabalho (KIRCHNER; SAIDELLES; STUMM, 2009; MEDEIROS; MACEDO, 2006; BOSI, 2008).

O número médio de filhos foi calculado em aproximadamente três filhos por entrevistado. Dentre os maiores gastos pessoais citados (poderia indicar mais de um item) têm-se que 79 das respostas se referiam aos gastos com alimentação, 57 contas básicas da casa (energia elétrica, água), 19 gastos com saúde, 13 com aluguel, 9 outras contas pessoais, 4 gastos com vestuário e 3 com educação. Destaca-se, portanto, que uma parte significativa da renda está comprometida com alimentação e outras contas essenciais da casa, restando pouco para outras demandas relevantes, como educação.

As rendas mensais totais (atividade de coleta e outras fontes) se distribuíram como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição da renda mensal total e da atividade de coleta.



Fonte: Pesquisa de campo.

Ressalta-se que a maior parte dos entrevistados obtém renda inferior a um salário mínimo, o que os localiza na linha de pobreza, como constatado também por Bosi (2008). Ao serem questionados sobre a sua renda, 69% dos entrevistados a consideram insuficiente. É importante destacar que 71% dos entrevistados possuem outra fonte de renda e elas se distribuem da seguinte forma: 28 entrevistados disseram receber auxílio público, 26 aposentadoria, 18 por outro trabalho informal, 16 através de trabalho formal, 15 contam com a renda de trabalho de moradores de sua casa, um diz receber doações e 6 apontam “outras fontes de renda”.

Ao analisar as “outras fontes de renda”, têm-se que: 28% são de até 1 salário mínimo, 19% entre 1 a 2 salários mínimos, 16% até 1/2 salário mínimo, 3% entre 2 e 3 salários mínimos, 1% mais de 3 salários mínimos e 29% outro tipo de renda. A média de pessoas dependentes da renda mensal total obtida pelo coletor é de 3,6 pessoas.

Esses dados vão ao encontro das afirmações de Miura (2004) que localiza a superação da condição de subsistência e a garantia do direito à vida e trabalho dignos, aos catadores, como desafios a serem alcançados.

Com relação à trajetória de trabalho do sujeito coletor, pode-se observar que 59% deles tiveram carteira assinada nos últimos 3 empregos, 18% não tiveram carteira assinada em nenhum dos 3 últimos empregos, 17% tiveram carteira assinada em 2 dos 3 últimos empregos e 6% tiveram carteira assinada em apenas 1 dos últimos 3 empregos anteriores.

Os motivadores para a mudança de emprego (poderia ser mais de uma possibilidade) foram: demissão (38 entrevistados), problemas de saúde (32 entrevistados), busca de melhores empregos e salários (24 entrevistados), novo trabalho (14 entrevistados), mudança de cidade (10 entrevistados), aposentadoria/idade (8 entrevistados), outro motivo (37 entrevistados). Assim, constata-se um processo de exclusão desses trabalhadores do

mercado formal de trabalho. Conforme Ferreira (2005), a necessidade e a percepção da atividade como única oportunidade são os principais motivadores para o início e permanência nesse trabalho.

Destaca-se que do total de entrevistados, 62 deles têm sua trajetória de trabalho vinculada ao rural, perfazendo 44,3% dos entrevistados. Destes 64,2% são do sexo masculino e 35,48% do sexo feminino, sendo os principais motivos para a busca de trabalho fora do espaço rural o desemprego e a necessidade de aumento da renda.

Assim, a atividade de catação comparece como uma alternativa de renda diante de um processo de pauperização e necessidade do aumento da renda, que atinge trabalhadores do campo e da cidade. Destacamos o motivo “problemas de saúde” indicado por 32 dos entrevistados, na medida em que esses continuam expostos às situações comprometedoras do seu bem-estar físico e mental, na atividade que desempenham atualmente. Os dados, portanto, vão ao encontro das afirmações de Antunes (1997), de que o trabalho não perdeu a centralidade na vida dessas pessoas. Contudo, foram excluídas do mercado formal que, diante da diminuição substancial das vagas não carece mais incorporar aqueles que aparentemente não correspondem às expectativas de resultados e produtividade.

### **Locais de residência e coleta**

A forma mais utilizada para aquisição dos materiais (podiam indicar mais de um item) é a coleta (134 entrevistados), seguido por receber doações de materiais (76 pessoas), comprar material (7 pessoas) e trocar materiais com outros catadores (1 pessoa).

A maioria dos entrevistados reside em três bairros da periferia da cidade. No que se refere aos locais de coleta, constata-se que muitos coletores percorrem vários bairros, sendo alguns distantes de suas moradias. Analisando os dados em seu conjunto, é possível constatar que há a atuação de catadores em todos os bairros da cidade. Estes dados são balizados por Medeiros e Macedo (2006) e Porto, Juncá, Gonçalves e Filhote (2004) que ressaltam, na exaustiva rotina de trabalho dos catadores, por percorrem longos percursos empurrando seus carrinhos, o que causa doenças associadas a essa atividade.

Contudo, o centro da cidade é o local de maior concentração de catadores, principalmente por conta das lojas de móveis, eletroeletrônicos e demais estabelecimentos comerciais que, diariamente, descartam grande quantidade de materiais recicláveis, como caixas de papelão.

Ainda no que se refere à atividade de coleta, o segundo bairro em que mais atuam é o “Nova Jaboticabal”, em que reside apenas um dos coletores entrevistados. Este bairro, por



sua vez, é considerado um dos bairros de maior concentração de renda da população Jaboticabalense. A grande presença de coletores neste perímetro se dá por conta de uma maior concentração de material descartado, quando comparado aos demais bairros. Estes dois fatores – a maior concentração de renda e de material descartado – podem então estabelecer duas possíveis conexões. A primeira é que, por disporem de maior renda, os residentes deste bairro acabam comprando mais e, portanto, produzindo mais lixo e descartando mais material reciclável, o que revela uma propensão ao consumo que muitas vezes pode ser excessiva. A outra conexão possível é que esta parcela da população pode ter acesso a certos meios educacionais privilegiados, o que aumenta a conscientização do indivíduo em separar o material reciclável.

Além desses dois bairros, os outros locais de destaque são aqueles em que se acercam as moradas dos coletores, o que se deve à proximidade dos pontos de coleta e depósito, visto que quase 100% dos coletores depositam o material em sua própria residência ou, no máximo, em locais vizinhos.

Os dados relativos à atividade de coleta dos reciclados apontam que 96% dos entrevistados não possuem um setor/área exclusiva de coleta na cidade, enquanto que 3% disseram possuir e 1% disse não estar exercendo a atividade naquele momento. No entanto, quando questionados se há divisão de setores entre os catadores, 91% dos entrevistados disseram que tais áreas exclusivas não existem na cidade, enquanto 9% concordam com sua existência. O que demonstra uma percepção de mercado um pouco distinta daquela que eles declaram para si. Outro dado que vale destacar é que 51% dos entrevistados disseram possuir um ponto fixo de coleta.

Em relação a esses pontos fixos de coleta, apesar de a grande maioria afirmar que realiza a coleta dos materiais pelo caminho percorrido, aonde quer que estes se encontrem, muitos, inclusive alguns destes que realizam a coleta aleatória, afirmam que existem locais, principalmente casas e mercearias ou lojas de bairros, onde eles “criaram” uma espécie de fidelização com os fornecedores dos materiais. Estes, por sua vez, separam o material e o guardam para fornecê-lo a um único e específico catador, que frequentemente visita o ponto para realizar a coleta. Esta fidelização se dá, por carisma ou afeição, sem qualquer relato de que os coletores forneçam algo em troca desta exclusividade, além do próprio ato da coleta.

Ainda no que se refere ao processo de coleta, 75% dos entrevistados disseram se assegurar de realizar as suas coletas antes da passagem do caminhão de recicláveis, enquanto 21% não apresentavam esta preocupação e 4% não souberam responder à pergunta.

O período de trabalho mais apontado foi o da manhã, por 117, enquanto o da tarde, por 65 catadores, e o da noite e madrugada apenas por 11 deles (possibilidade de mais de uma resposta por entrevistado). Outro dado relevante é quanto ao tempo de trabalho/dia, dos quais 11% dos entrevistados afirmam coletar por mais de 8 horas/dia, 12% até 8 horas, 14% até 6 horas, 36% até 4 horas, 23% até duas horas e 3% não coleta e 1% não respondeu. Estes dados diferem do observado por Bosi (2008, p. 112) que destaca que

[...] mais de 90% dos catadores trabalham jornada acima de 6 horas diárias e mais de 65% trabalham jornadas superiores a 8 horas diárias. Questionados sobre a frequência dessas jornadas de trabalho, mais de 80% responderam que trabalham mais de seis dias da semana.

Este último dado também difere do observado no universo desta pesquisa, pois 23% dos entrevistados afirmam trabalhar 7 dias da semana e 14% por 6 dias.

### **Os materiais coletados e a atividade de catação: risco à saúde?**

Quando elaborado um ranking para identificar quais os tipos de material mais coletados, têm-se que os dois mais coletados são o papelão e o “pet”, sendo, cada um, responsável por cerca de 30% do total de materiais indicados pelos entrevistados, seguidos pelo plástico duro (16% deste total). Estes materiais são os mais encontrados, visto o tipo de atividade (principalmente varejista) e consumo familiar da população no município. Os demais materiais têm parcelas que variam de 2% a 8%, sendo que o vidro, apesar de ser comum no cotidiano das pessoas, não é um material visado pelos catadores, pois o seu preço e a sua maleabilidade são baixos, dificultando o carregamento e, inclusive, ocupando o espaço físico no carrinho de outros materiais mais maleáveis e de melhor preço para venda. Além disso, o vidro pode facilmente causar ferimentos no manuseio de cacos e retalhos do mesmo. O instrumento de coleta mais utilizado era o carrinho, citado por 77 dos entrevistados, enquanto 22 deles disseram utilizar carroça de tração animal, 13 bicicletas, 12 faziam uso de sacolas, 10 de carro motorizado, 5 de carriola de construção civil, 4 disseram não estar coletando, 4 utilizavam outro tipo de instrumento e 1 não respondeu à pergunta. Ainda acerca dos instrumentos utilizados para a coleta, 84% dos entrevistados disseram serem próprios, ao passo que 9% eram emprestados, dos quais principalmente carrinho (11), mas também 1 bicicleta e 1 carriola.

Miura (2004) também aponta em seu estudo a possibilidade do empréstimo do instrumento de trabalho. A autora destaca que aqueles que não têm o instrumento, fazem empréstimos com o ferro-velho “e em troca o catador tem que vender todo o material que coleta para o

ferro-velho, muitas vezes eles acabam vendendo o material mais barato, e no fim pagam pelo empréstimo do carrinho, como se pagasse um aluguel.” (p. 113)

Vale destacar que quando questionados se o instrumento de trabalho é bom, 69% afirmam que sim, 24% que não, 9% que não possuía equipamento e 1% não respondeu. Por outro lado, se pudessem mudar o instrumento o que escolheriam: 45% não faria nenhuma modificação; 54% fariam modificações e 1% não respondeu. Dos que fariam modificação, 13% modificariam para instrumento mais novo, 12% melhor planejado, 11% outro instrumento, 9% instrumento maior, 3% ter instrumento próprio e 6% outro tipo de modificação. Destacam-se aqueles que afirmam não terem problemas com o instrumento de coleta referem que o mesmo tem o tamanho ideal e que, grande parte das vezes, foi planejado pelo próprio catador, visando suas necessidades.

Os locais de armazenamento dos materiais, para os entrevistados, distribuem-se da seguinte forma: 78% em seus quintais, 9% em terrenos próximos às suas casas, 4% na casa de outras pessoas, 3% em um cômodo da própria casa, 3% na calçada de suas casas e 3% em outro local. Quanto às condições de acondicionamento deste material, os entrevistados podiam apontar mais de uma resposta, sendo que os materiais coletados eram: ensacados (96%), guardados em local coberto (71%), separado por tipo (71%) e higienizados (35%).

No que se refere à utilização, ou não, de equipamentos de proteção individual (EPIs), 77% dos coletores afirmam não utilizar luvas, 73% estavam usando algum tipo de chapéu, 88% não utilizavam protetor solar, 77% não faziam uso de capas de chuva, mesmo em épocas de chuva. Para os entrevistados, o calçado mais utilizado eram os chinelos, por 36% do total, e sapatos fechados, por 33%. Dejours (2002, p. 70) destaca que "as atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco".

Esta afirmação de Dejours (2002) indica para o fato de que o não uso de equipamento correto para a atividade está vinculado também a questões de ordem psicológica, como à negação dos riscos presentes no desempenho do trabalho, como um mecanismo de defesa frente à angústia. Assim, não reconhecem a atividade como potencialmente perigosa. Pois, ao serem questionados sobre a saúde e a segurança no trabalho por eles realizados, 77% dos entrevistados não consideram haver algum fator prejudicial à saúde na atividade que executam, ao passo que 22% responderam afirmativamente e 1% não respondeu à pergunta. Além disso, segundo Dejours (2002), essa “compreensão” do trabalho pode ser uma forma de inconscientemente se precaver da “angústia” quanto ao adoecimento e à morte, o que poderia inviabilizar a continuidade de sua atividade.

Sobre a existência de dificuldades na execução da atividade, 66% disseram não haver, 34% responderam afirmativamente e 1% não respondeu à pergunta. No que diz respeito à existência de algum fator que pudesse facilitar a atividade de coleta, 54% dos entrevistados julgaram existir, 46% não acreditam em alguma facilidade e 1% não respondeu à pergunta.

Pode-se dividir os 22% apresentados pela análise quantitativa que afirmam sofrer algum tipo de prejuízo em sua saúde por conta do trabalho em dois grupos. O primeiro afirma ser o problema oriundo do contato direto com o lixo, o que os expõe ao contágio por doenças, bem como ferimentos causados por acidentes na manipulação do material. O que se justifica pelo baixo índice de uso de EPIs entre os trabalhadores, o que acentua a condição de insegurança do trabalho que desenvolvem e colabora com o índice de adoecimento.

O segundo grupo indica problemas das condições, nas quais, a atividade é realizada, como o sol, a temperatura, o peso, entre outros fatores que exigem muito esforço físico. Destaca-se a constância nos relatos de dores nas pernas, costas, pés, joelhos, tonturas, pressão desestabilizada, entre outras fadigas e problemas comuns em trabalhos que exigem muito esforço por parte dos trabalhadores.

A vulnerabilidade da saúde dessas pessoas é ainda mais alta na medida em que pertencem a uma classe econômica de baixa renda, possuindo poucos recursos financeiros e infraestruturais para cuidar da própria saúde, bem como para tratar as doenças que enfrentam. Medeiros e Mâcedo (2006, p. 7) destacam este problema ao relatar que

[...] são inúmeros os riscos à saúde existentes na atividade de catação no lixo, os catadores são desprovidos de garantias trabalhistas que os amparem, principalmente em condições de acidentes do trabalho, doenças, aposentadoria, décimo terceiro e seguro desemprego.

Quando questionados sobre os problemas para realizar a catação, as respostas são as mais diversas. É recorrente a referência ao peso dos materiais, ou à precariedade do carrinho e até mesmo fatores relacionados aos problemas de saúde discutidos acima. Quando especificam os problemas com o instrumento da coleta, os indivíduos afirmam que este não é ideal para a realização do trabalho, se encontrando em situações precárias ou criando dispêndios que o coletor não pode arcar, por isso 54% dos entrevistados o modificaria.

Além desses problemas oriundos das características do trabalho que realizam, alguns entrevistados relatam que a dificuldade da atividade é acentuada pela não conscientização da população no trato com o lixo, não realizando a separação adequada dos materiais reciclados daqueles de origem orgânica. Um dos entrevistados destacou que o ato de abrir sacos de lixo é uma tarefa ruim, pois podem encontrar até fezes de animais.

A vivência da discriminação também comparece nas falas. Os catadores relatam que, ao cruzar com determinadas pessoas, estas demonstram sentir nojo. Esta percepção dos catadores também foi observada em outras pesquisas como em Miura (2004) e em Medeiros e Macêdo (2006). Miura (2004, p .7) resume esta percepção dos catadores ao dizer que: “As emoções mais frequentes são a vergonha e a humilhação, decorrentes sobretudo da discriminação e do preconceito.”

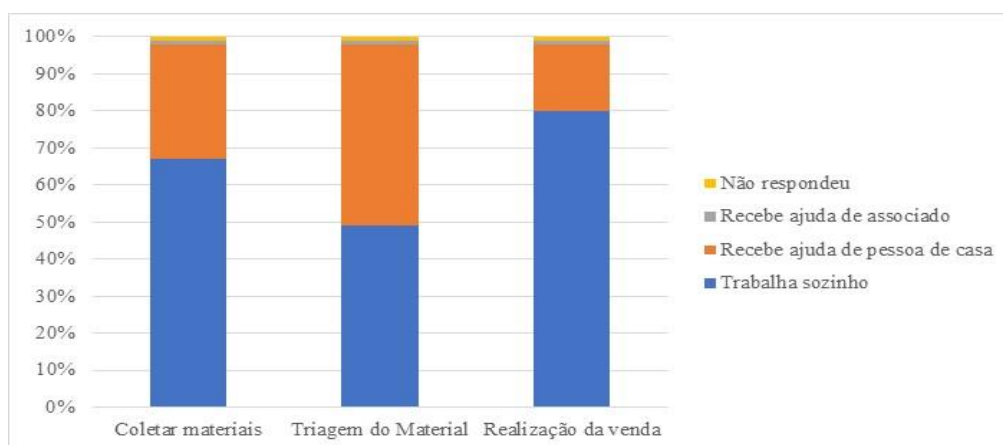
Os entrevistados identificam medidas que poderiam melhorar as suas condições de trabalho, seja na conscientização das pessoas, tanto para separar melhor os materiais como para aumentar o respeito, seja no melhoramento do instrumento utilizado para a coleta.

Enfatiza-se, também, o caráter exaustivo do trabalho de catação, levando a processos de adoecimento físico e mental. O mesmo problema é relatado por Porto, Juncá, Gonçalves e Filhote (2012, p. 1512) ao destacar que “não há como deixar de considerar a forte carga física no trabalho e a própria rotina de serviço, fatores esses que podem estar associados tanto às dores corporais, quanto aos citados problemas osteoarticulares e à hipertensão ou “nervosismo””. O que é ainda mais preocupante quando se consideram que essas pessoas já apresentaram problemas de saúde previamente ao trabalho de catação, visto que 32 entrevistados deixaram o trabalho formal por problemas de saúde.

### **O trabalho organizado de forma associativa**

No que se refere à experiência em trabalho de forma associada 86% dos entrevistados somente trabalhou individualmente, não possuindo qualquer experiência de associação, nem sequer na venda do produto. Observa-se que há uma preferência em trabalhar sozinho na coleta e venda de materiais, diferentemente do observado na triagem (Gráfico 2).

Gráfico 2. Forma de organização do trabalho individual ou associada.



Fonte: Pesquisa de campo.

Assim, buscou-se compreender de que forma os entrevistados significam a possibilidade de trabalho de forma associativa. Ao analisar as falas dos coletores sobre trabalho associado, percebe-se que a maioria acredita que esta prática é inviável, sendo que a maioria significativa (86% dos entrevistados) nunca ao menos experimentou trabalhar desta forma. Contudo, tendo vivenciado, ou não a experiência de trabalho associativo, trazem percepções bastante negativas acerca do mesmo, como sendo algo que “não pode dar certo”, especialmente pela necessidade de adequar o seu horário de trabalho a outros. Assim, é como se o trabalho associativo, os restringisse em sua liberdade e possibilidade de arbitrar sobre o planejamento de seu trabalho e tempo. Afirmam que, individualmente, possuem horário de labor próprio, sendo isso, inclusive, a grande vantagem da catação.

Alguns afirmam também que cada pessoa tem seu próprio ritmo de trabalho e, quando associado com outra pessoa, que dispõem de um ritmo distinto do seu, pode correr o risco de trabalhar mais do que seu sócio, o que infere em uma partilha injusta dos resultados. Assim, a parceria com o outro é significada sempre de forma negativa, envolvendo a possibilidade, inclusive, de exploração.

Ressalta-se que essa representação do outro somente como limitador da liberdade e não como uma parceria que pode, inclusive, resultar em desenvolvimento de ambos, dificulta a constituição de trabalhos de natureza associativa.

Apenas dezenove dos entrevistados apresentaram alguma percepção positiva acerca da possibilidade do trabalho associativo, ainda que a maioria deles (17) não tenha vivido qualquer experiência desse caráter. Tratam-se, portanto, de expectativas.

Assim, de todo o conjunto de associados, apenas dois apresentam mais do que expectativas, mas uma experiência boa de trabalho de forma não individual, ainda que se possa questionar se realmente se tratam de trabalhos pautados em legítima cooperação entre as partes, sendo que um deles mantém uma parceria com outra pessoa do bairro e o outro com o administrador do terreno onde deposita os materiais.

Pode-se perceber a grande desconfiança que os indivíduos relatam sobre outras pessoas, o que pode dizer de suas experiências pregressas de trabalho pautadas em exploração. Assim, ao trabalhar individualmente ganha os tons da liberdade e de ruptura com a dominação sofrida, ao longo de suas trajetórias. Isto pode ser explicitado pelo número significativo de respostas pautadas no medo de serem enganados, “passados para trás” pela falta de honestidade ou, até mesmo, de organização.

### **Comercialização dos materiais**

O mais importante comprador de materiais da cidade contava com a venda de 34% dos coletores e outros três apresentaram 23%, 11% e 8% das vendas cada. Os demais, 24% dos entrevistados, apontaram outros compradores que não totalizaram valores significantes para serem destacados (18 outras possibilidades).

Os compradores iam até as casas dos coletores recolher o material vendido em 87% dos casos. Na maioria destes, as vendas eram feitas quinzenalmente por 45% dos entrevistados, sendo que 20% realizam as vendas mensalmente, 19% semanalmente, 6% diariamente, 6% bimestralmente, 2% trimestralmente e 1% não respondeu. Destaca-se, ainda que 76% dos entrevistados ainda afirmaram participar do processo de pesagem do material vendido, no entanto, apenas 46% realizavam controle por meio de anotações, planilhas, dentre outras, da variação dos preços.

Outra questão relevante que foi apontada é a piora das condições de trabalho, comercialização e, conseqüentemente, renda que veem vivenciando ao longo dos anos. Relatam o aumento na concorrência, tanto entre os catadores com o aumento do número de pessoas que obtém renda a partir dessa atividade, quanto pela competição desigual com uma empresa privada que passou a atuar no ramo, a partir de contrato licitatório com a Prefeitura Municipal.

Segundo afirmam, a concorrência no ramo é alta e o preço dos materiais é baixo, de tal forma que, se a Prefeitura Municipal não tivesse colocado um serviço de coleta da empresa privada, eles conseguiriam um melhor resultado, que também poderia ser alcançado se conseguissem melhores preços na venda dos materiais.

Também comparece em falas, acerca do papel que deveria ser exercido pelo Poder Público Municipal, sobre a melhora das condições do trabalho que desempenham. Há referência, também, à possível compra do material por parte da Prefeitura ou possível contrapartida da mesma pelos benefícios que o trabalho deles oferece ao município.

Contudo, não comparece nesses relatos a possibilidade de trabalho associativo, pois esta seria uma possível estratégia para melhores condições de negociação na venda, conforme referido por Medeiros e Macêdo (2006) e Roos, Carvalho e Ribeiro (2010).

### **Percepções sobre o próprio trabalho**

Ao analisar as respostas acerca das percepções dos entrevistados sobre seu trabalho, depara-se com três categorias: aqueles que afirmaram gostar do trabalho, os que afirmaram não gostar do trabalho e os que se posicionaram conformados a ele.

A maioria dos entrevistados apresentou respostas positivas sobre seu trabalho, afirmando “*ser um bom trabalho*”. Constata-se uma significativa parcela que qualifica seu trabalho como digno e honroso, na medida em que, além de lhes possibilitar renda, também realizam uma ação de grande utilidade para a sociedade e para o planeta de uma forma mais ampla, ao limpar e possibilitar que aquilo que foi descartado seja reutilizado.

Os entrevistados, também, referiram-se à liberdade oferecida por esse tipo de trabalho, o gosto por cuidar da cidade, o aproveitamento de seu terreno e a aquisição de um novo bem. Assim, afirmam sentirem-se úteis, o que pode colaborar, conforme Dejours (2002), para a saúde desses trabalhadores, diante de um trabalho bastante desgastante e que, em grande parte das vezes, é realizado sem as devidas proteções.

Já no que se refere ao grupo que se reconhece como estando “acomodado ao seu trabalho”, constata-se respostas que atribuem sua condição a um desejo divino, havendo forte influência de suas concepções religiosas na maneira como percebem seu cotidiano e condição de vida, referindo-se a um caminho, já predestinado, que deve ser seguido. Estas concepções também estão presentes quando dizem seus planos futuros.

Esta relação com o divino aparece de forma bastante acentuada na fala de alguns entrevistados que, ao serem perguntados sobre seus planos futuros, acreditam que Deus pode mudar sua situação. Existem ainda aqueles que afirmam não existir outra possibilidade de trabalho, desta forma restam-lhes aceitar e conformar-se ao que fazem e à condição que vivem. Assim, esses sujeitos se veem sem a possibilidade de sonhar e planejar o futuro.

Ao analisarmos o grupo que diz não gostar do trabalho, encontram-se argumentos diversos, desde reclamações sobre o “peso” do trabalho e a falta de um resultado que compense todo o esforço. Também se queixam da forma como o coletor de materiais é visto pela sociedade, de maneira pejorativa e sem o reconhecimento de seu trabalho. Referem-se a vivências de preconceito e discriminação que entendem, em muito, estarem associadas ao trabalho que realizam. O desejo por outro trabalho também é explicitado por esses entrevistados, um “emprego que os tire da situação de catador”.

Percebe-se um desânimo grande por parte desses trabalhadores, que se veem insatisfeitos com suas condições atuais, mas também, muitas vezes, incapazes de mudá-la, o que fica expresso em suas percepções acerca de seu futuro.



### **O futuro e suas perspectivas**

As percepções dos sujeitos acerca do futuro e suas perspectivas merecem destaque, desta forma, ainda que tenham sido brevemente referidas no tópico acima, são retomadas e apresentadas com maior ênfase.

Já de início merece destaque o fato de que grande parte dos entrevistados afirma não fazer nenhum plano para o futuro, ou até mesmo se abstém de responder a esta pergunta. Referem que não têm nada em mente, que não têm planos, ou qualquer ideia para o futuro. Tomando aqueles que se dispuseram a respondê-la, a grande maioria afirma que seu sonho é a obtenção de imóveis próprios, pois seria uma forma de trazer liberdade, pois os livraria das despesas com aluguel. Também comparece a preocupação com o próprio bem-estar e com o da família.

Ratifica-se o desejo expresso, pela maioria dos trabalhadores, de mudança de trabalho, ou seja, outras oportunidades de organização do trabalho que possam ser obtidas por formação e/ou trabalhos melhores. Entre a pequena parcela que apresentou como plano a permanência na atividade, comparece também a intenção de melhorar as condições de coleta ou até mesmo chegar à condição de dono de depósito.

Nota-se que as expectativas em relação às possibilidades de futuro são menores por parte das pessoas de mais idade, comparecendo a aposentadoria como um dos maiores desejos. Em relação aos mais jovens, identifica-se o desejo de encontrar melhores profissões.

### **CONCLUSÕES**

Depara-se com ambiguidades nos discursos que pode ser compreendida no processo de busca pela constituição de uma autoimagem ainda positiva na relação com o seu trabalho. Ao mesmo tempo em que identificam o trabalho positivamente como “honroso”, “digno”, “importante para o meio ambiente”, também comparece em outro momento, a insatisfação com o mesmo, bem como sua compreensão enquanto destino, expressos na falta de perspectivas para o futuro e na impossibilidade de sonhar. Salta-se aos olhos a aridez da projeção futura, frente a um processo de vivência do preconceito e de marginalização social.

Desta forma, configura-se um quadro de extrema vulnerabilidade desses trabalhadores que são invisíveis aos olhos dos Poderes Públicos, na medida em que sua realidade é desconhecida pelos mesmos. Revelam-se trabalhos realizados de forma bastante precária, o que os expõem a riscos de saúde, bem como geram outros fatores importantes do ponto de

vista da saúde pública, na medida em que grande parte do material é acondicionada em residências de forma inadequada, durante longos períodos de tempo, até que a venda dos mesmos seja realizada. Ressalta-se ainda que as possibilidades de superação dessa condição se veem reduzidas diante da falta de perspectiva de um trabalho e/ou comercialização do produto de forma associada, ratificada por experiências associativas anteriores que tiveram um cunho negativo. Para tanto, entende-se a necessidade de um trabalho no sentido de colaborar com a constituição de um possível coletivo de catadores. Avalia-se que se trata de um conjunto de dados que pode colaborar na formulação de Políticas Públicas que visem essa população, tendo sido o mesmo encaminhado ao Conselho de Saúde do Município.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. do C. B. de; CARDOSO, C. C. O.; ANTUNES, M. C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. **Revista Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 36-42, 2009.

ANTUNES, R. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. 4 ed., São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2009.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-191, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 31 mai. 2017. 2017a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113429.htm)>. Acesso em: mai. de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 13 out. 2017. 2017b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)>. Acesso em: mai. de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010a. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**,

Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1024358/politica-nacional-de-residuos-solidos-lei-12305-10>>. Acesso em: mai. 2017.

\_\_\_\_\_. CBO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel>>. Acesso em set. 2018.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FERREIRA, S. L. Os "catadores do lixo" na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental. **Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar**. Maringá (PR) n. 07, 2005.

KIRCHNER, R. M.; SAIDELLES, A. N. P. F.; STUMM, E. M. F. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. **Revista Brasileira Gestão Desenvolvimento Regional**. Taubaté – SP, v. 5, n. 3, p. 221-232, 2009.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociologia**, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

MILLER, H. **Snowball Sampling**. U.S. Department of the Interior. U.S. Geological Survey. Disponível em: <<https://www.fort.usgs.gov/LandsatSurvey/SnowballSampling>>. 2014. Acesso em: Abr. de 2014.

MIURA, P. O. C. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Caderno EBAPE.BR [online]**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.

PORTO, M. F. S.; JUNCÁ, D.; GONÇALVES, R. de S.; FILHOTE, M. I. de F. Lixo, Trabalho e Saúde: Um Estudo de Caso com Catadores em um Aterro Metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, Rio de Janeiro, v. 20, n.6, p. 1503-1514, 2004.

ROOS, D.; CARVALHAL, M. D.; RIBEIRO, S. Q. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 11, p. 114-131, 2010.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

SILVA, S. P. **A organização coletividade catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Texto para discussão 2268/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 56 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.